

ATUAÇÃO EXTENSIONISTA NA UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO DO PROFESSOR PAULO DE MORAES MARQUES, DOUTOR E LIVRE DOCENTE EM EXTENSÃO RURAL

PAULO DE MORAES MARQUES

Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife, Pernambuco

Nota do Autor

Atendendo ao convite do Prof. Romero Marinho de Moura, utilizo-me dos Anais da APCA para, com muita honra, deixar o testemunho das minhas ações extensionistas desenvolvidas no Estado de Pernambuco e particularmente na UFRPE. Cito ao final, publicações resultantes dos meus esforços, com as valiosas participações de estudantes e agricultores.

1. SEQUÊNCIA DE UMA LINHA PEDAGÓGICA CENTRADA NAS COMUNIDADES

Após atuar por cerca de quatro anos como técnico em Extensão Universitária, fui nomeado em 1974 para Auxiliar de Ensino na disciplina Extensão Rural, no Departamento de Educação da Universidade Federal Rural de Pernambuco. Nela já havia três professores. O primeiro deles foi o professor Luiz Góes Vieira, seguido dos professores Pedro Paulo Araújo e Marcos Cavalcanti Diniz. Fui o quarto professor, em concurso realizado no ano de 1972.

Quando ingressei na UFRPE, no final de 1970, já vinha de uma longa jornada extensionista. Trabalhei na ANCAR-PE (Associação Nordestina de Crédito e Assistência Rural de Pernambuco), que depois mudou de nome para EMATER-PE (Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural). Atuei também em outras entidades e programas, sempre voltados para assistência aos pequenos agricultores. Não pude ser um professor tradicional. Não apenas pelo hábito das ações e desafios dos trabalhos relacionados em comunicação livre com os grupos e as comunidades rurais, mas, também, pelo meu temperamento sempre atraído pelo diálogo. Quando assumi minha segunda turma de alunos e me vi repetindo os mesmos exemplos da

turma anterior me senti assediado pela rotina, fato que nunca me agradou. Tratava-se de uma turma com mais de quarenta alunos. Parei a aula e perguntei: quem de vocês conhece alguma propriedade rural, aonde poderemos fazer uma excursão? O resultado foi uma excelente visita a uma grande fazenda de propriedade de um dos alunos no município pernambucano de Bezerros, com direito a montar a cavalo, andar pelo mato, entrar nos currais, curar umbigo de bezerro, identificar plantas forrageiras e lavouras diversas. Os alunos do interior, levando seus colegas citatinos a conhecer detalhes das coisas do campo. Terminou-se levando o vaqueiro a almoçar conosco no restaurante da cidade. No trajeto, alunos, vaqueiro e motorista foram cantando toadas de vaquejada. Para pagar o almoço foi feita uma cota geral, na qual alguns colegas que não tinham dinheiro foram dignamente dispensados. O sentido humano, o espírito de solidariedade e de fraternidade, foram vividos intensamente. Essa viagem descortinou larga porta para minha atuação como professor no grande clima da Extensão Rural, clima que foi crescendo e construindo dentro da sala de aula posicionamentos semelhantes entre técnicos e agricultores nas atividades de Extensão.

Nos finais dos tempos que passei na universidade elaborava os quesitos das provas em conjunto com os alunos. Na aula seguinte, cada prova era lida pelo respectivo aluno, que, em seguida, colocava sua nota em uma surpreendente prática de auto julgamento. Durante as provas era possível consultar anotações, livros e colegas. Adotei não fazer chamada. Pouco mais de um terço dos alunos freqüentava as aulas. Eram os verdadeiros interessados na matéria.

O processo pedagógico foi aprimorando-se de ano para ano, das viagens passamos para os estágios voluntários nas cooperativas dos pequenos agricultores durante os períodos das férias. Depois, esses estágios passaram a ser realizados nos fins de semana durante o período de aulas. As aulas passaram a ter como base as experiências dos alunos durante os fins de semana nas cooperativas. Com o tempo, passei a receber efetivo apoio do Pró-Reitor de Extensão, professor Expedito Meira Couceiro. Daí foi um passo para os convênios com a Federação das Cooperativas Mistas dos Trabalhadores Rurais de Pernambuco, entidades de desenvolvimento rural e um amplo projeto com a Pró-Reitoria para assuntos comunitários da UFPE para atuação nas cooperativas com os alunos de vários cursos integrados com seus colegas das ciências agrárias da UFRPE. Era a Extensão Rural sendo vivida em sua infinitude humanizante, levando as pessoas a se dignificarem. Alunos e professores, agricultores dos sindicatos rurais e das cooperativas em plena integração. Consistente

foi o apoio do Comandante do Sétimo Batalhão de Infantaria da região de Garanhuns, que evitou mal entendidos e denúncias contra o professor, o qual abria vasta convivência entre camponeses e estudantes em um período de Ditadura Militar. O coronel dizia que o professor desenvolvia uma ação de segurança nacional, levando a universidade a viver a realidade rural e sugerir a organização dos camponeses em cooperativas populares com apoio dos sindicatos rurais.

A essa altura, já formado também em Psicologia, ampliei a dimensão pedagógica das aulas, integrando Agronomia Humanista com Psicologia centrada nos alunos e nas comunidades.

Essa Extensão Rural que desenvolvemos durante mais de vinte anos, foi realmente uma dinâmica de comunicação em um efetivo ciclo de causação circular auto produtiva. Os dirigentes universitários, fundamentalmente o Pró-Reitor Expedito Couceiro, dava pleno apoio com plena percepção do sentido de extensão universitária que o trabalho apresentava. Passou ele a levar-me pelo Brasil a fora, para contar essa experiência da UFRPE nos encontros de Pró-Reitores de Extensão das universidades brasileiras. Passei a apresentar trabalhos em congressos regionais e nacionais. O clima universitário permitia livre processo de construção de conhecimentos, ao contrário do que quando atuávamos no serviço de Extensão Rural, no qual tudo era imposto de cima para baixo, sem levar em conta o retorno alimentador das nossas vivências com os agricultores, fundamento de um efetivo processo de comunicação rural.

A UFRPE, com essa nossa linha de trabalho, esteve construindo verdadeiras posições para o apoio extensionista ao nosso desenvolvimento rural, a começar pela organização dos agricultores, para sobre ela exercer assistências efetivas e participativas, não só agrícolas, mas de outras ordens. Acredito ter ficado na UFRPE a essência dessas experiências, de vez que alguns professores que me acompanharam nesses trabalhos ainda continuam atuando na disciplina.

2. ALGUNS DADOS HISTÓRICOS SOBRE A EXTENSÃO RURAL

O Brasil, ao contrário dos EUA, país de origem da Extensão Rural, teve sua formação agrária baseada em amplo processo de concentração de terras, que impediu o afloramento de grupos e comunidades rurais democráticas e autônomas voltadas para uma agricultura de auto consumo. Nos EUA, com o espaço rural ocupado por médias propriedades, principalmente no Meio Oeste e no Oeste, propiciaram a

organização de grupos, clubes rurais, cooperativas. Diante dessa realidade conclui-se que a Extensão Rural no Brasil com o processo de apoio ao desenvolvimento rural deveria ter iniciado suas atividades voltadas para a organização socioeconômica dos pequenos e médios agricultores, diga-se de passagem uma problemática profundamente complexa com implicações políticas, sócias, econômicas e culturais de elevada envergadura, exigindo políticas de reforma agrária de altíssimas exigências.

A Extensão Rural, atividade voltada para o desenvolvimento da produção agrícola e do bem-estar social, surgiu nos EUA após a guerra civil (1860-1865) em função da abundante oferta de terras e às exigências de modernização a partir da industrialização intensa no norte do país. Várias leis foram estabelecidas para essa ampla ação do desenvolvimento rural. Numerosas organizações de agricultores, clubes de mulheres do campo, de jovens etc; iniciaram grande fluxo de solicitações técnicas às escolas rurais e universidades. Essa dinâmica de integração estabeleceu integrado processo de articulação entre o ensino, pesquisa e extensão por meio da assistência técnica aos agricultores. Três importantes leis foram aprovadas. A Lei Herril de 1862, favorecendo a criação do ensino universitário das ciências agrícolas, a Lei Hatcha de 1877, favorecendo o desenvolvimento das estações experimentais para as pesquisas agrícolas, e a Lei Smith-lever para a montagem de programas destinados a prestar serviços à agropecuária e a economia do lar. A Lei Merrill de 1862, ato legislativo federal e assinado pelo presidente Lincoln, determinava a doação de terras federais aos Estados, de modo a permitir a estruturação de instituições de ensino agrícola superior, e que seriam mantidas pelos governos estaduais.

As cooperativas agrícolas começaram a desenvolverem-se na década de 80 ganhando grande importância. No Brasil a Extensão rural teve início no final de década de 1940, em Minas Gerais, em uma tentativa de articulação com a Universidade Federal. Em seguida foi criada a ACAR-MG (Associação de Crédito e Assistência Rural) desligada da universidade. Nos Estados do Nordeste teve início em 1954 a ANCAR (Associação Nordestina de Crédito e Assistência Rural), totalmente desligada das universidades.

Em 1959 ingressei na ANCAR-PE como o quarto dos extensionistas a atuar no município pernambucano de Garanhuns. Durante cerca de dez anos, em dois períodos alternados, ocupei diversos cargos e funções, inclusive a de coordenador dos cursos de pré-serviço para preparação de extensionistas.

Até meados de década de 70 o serviço de extensão rural no Brasil esteve voltado para o atendimento de pequenos e médios agricultores, sem por questões óbvias,

puder alcançar plenitude. Em 1974 esse serviço foi federalizado, sendo fundada a EMBRATER (Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural), que passou a dar prioridade aos grandes agricultores. Perdeu nesse ponto a extensão rural toda a coerência com seus princípios de atendimento às massas rurais. No estado de Pernambuco o serviço de extensão rural em franca subordinação política, terminou oficialmente extinta.

3. TRABALHOS QUE FUNDAMENTAM ESTAS ANOTAÇÕES

Foram vários, sugiro, por seu sentido mais abrangente, o que apresentei no VIII Congresso Brasileiro de Economia Doméstica realizada no Recife em 1985, sob o título “Uma experiência de extensão universitária na promoção de pequenos agricultores”, publicado na revista OIKOS – revista brasileira de economia doméstica, volume V – número 1 – 1987.

Outros:

Extensão Rural, Cooperativismo e Ajustamento Desenvolvimentista dos pequenos e médios agricultores de Pernambuco.

– Tese apresentada à Universidade Rural Federal de Pernambuco para concurso de Docência Livre de Extensão Rural e Desenvolvimento, Recife 1974.

– Por uma Extensão Rural Brasileira, monografia para concurso de professor assistente da disciplina Extensão Rural UFRPE 1977.

– Tentativas de contribuição ao encontro de posições dos engenheiros agrônomos diante de algumas exigências do desenvolvimento rural brasileiro.

– Trabalho apresentado no XI Congresso Brasileiro de Agronomia, Curitiba Paraná outubro de 1979.

– Contradições da universidade brasileira, extensão universitária e estágio curricular.

– Trabalho apresentado no II Encontro Nacional sobre estágio curricular, Recife novembro de 1989.

– Aspectos extensionistas da Universidade Federal Rural de Pernambuco hoje.

– Em Série Caderno de Extensão Rural 2– UFRPE 1988.

– Extensão Rural como extensão universitária: uma proposta de planejamento. Paulo de Moraes Marques, Ângelo Brás, Fernandes Callou e Maria Salett Tauk Santos

– Em Série Caderno de Extensão Rural 2 – UFRPE 1988.

Artigos:

Preocupações universitárias – Jornal do comércio Recife 18 de junho de 1991.
Conferências proferidas em encontros nacionais, regionais e estaduais em universidades e outras entidades ligadas ao assunto.